

**ENAN
PUR** 2023
Belém 22 a 26 de maio



Ocupações precárias, direito à cidade e justiça espacial: uma análise sobre Mosqueiro e Santa Bárbara do Pará, na cidade-região de Belém¹

Leandro Maciel Sarrazin da Rosa

Estudante de Graduação da Universidade do Estado do Pará

Natália Souza Pinheiro

Estudante de Graduação da Universidade do Estado do Pará

Willame de Oliveira Ribeiro

Professor Assistente IV da Universidade do Estado do Pará

Sessão Temática 5: Direito à cidade e habitação no Brasil

A cidade de Belém vivencia um processo de urbanização regional policêntrica que amplia sua escala de dispersão e implica no surgimento de novos espaços precários. Na busca de compreendê-los, este artigo objetiva analisar a natureza das novas ocupações nas bordas de seu espaço metropolitano, sua inserção no processo de urbanização regional e seus rebatimentos em termos do direito à cidade e da justiça espacial. Para tanto, utilizou-se como metodologia uma abordagem qualitativa e estudo de caso em Mosqueiro e Santa Bárbara. Em termos de procedimentos metodológicos, foram realizados levantamentos bibliográficos, levantamentos documentais, trabalhos de campo tanto exploratórios quanto para efetivação de entrevistas semiestruturadas. Diante do examinado, percebeu-se a precariedade das ocupações visitadas, constatando carências em serviços de infraestrutura, que vão além da qualidade estrutural das moradias, mas também a segregação socioespacial, ocasionando um sentimento de descaso na população, fato que qualifica o objeto de estudo imerso a injustiças espaciais que conseqüentemente negam também o direito à cidade.

Palavras-chave: Ocupações precárias, Direito à cidade, Justiça Espacial, Mosqueiro, Santa Bárbara do Pará.

Precarious occupations, right to the city and spatial justice: an analysis of Mosqueiro and Santa Bárbara do Pará, in the city-region of Belém

The city of Belém is experiencing a polycentric regional urbanization process that expands its scale of dispersion and implies the emergence of new precarious spaces. In the quest to understand them, this article aims to analyze the nature of the new occupations on the edges of its metropolitan space, its insertion in the regional urbanization process and its repercussions in terms of the right to the city and spatial justice. For that, a qualitative approach and a case study in Mosqueiro and Santa Bárbara were used as methodology. In terms of methodological procedures, bibliographical surveys, documental surveys, field work both exploratory and for carrying out semi-structured interviews were carried out. In front of the examinee, it was noticed the precariousness of the occupations visited, noting deficiencies in infrastructure services, which go beyond the structural quality of the dwellings, but also the socio-

¹ Pesquisa fomentada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA).

spatial segregation, causing a feeling of neglect in the population, a fact that qualifies the object of study immersed in spatial injustices that consequently also deny the right to the city.

Keywords: Precarious occupations, Right to the city, Space Justice, Mosqueiro, Santa Bárbara do Pará.

Ocupaciones precarias, derecho a la ciudad y justicia espacial: un análisis de Mosqueiro y Santa Bárbara do Pará, en la ciudad-región de Belém

La ciudad de Belém vive un proceso de urbanización regional policéntrica que amplía su escala de dispersión e implica el surgimiento de nuevos espacios precarios. En la búsqueda de comprenderlas, este artículo tiene como objetivo analizar la naturaleza de las nuevas ocupaciones en los bordes de su espacio metropolitano, su inserción en el proceso de urbanización regional y sus repercusiones en términos del derecho a la ciudad y la justicia espacial. Para ello se utilizó como metodología un enfoque cualitativo y un estudio de caso en Mosqueiro y Santa Bárbara. En cuanto a los procedimientos metodológicos, se realizaron levantamientos bibliográficos, levantamientos documentales, trabajos de campo tanto exploratorios como para la realización de entrevistas semiestructuradas. Frente al examinado, se percibió la precariedad de las ocupaciones visitadas, notándose deficiencias en los servicios de infraestructura, que van más allá de la calidad estructural de las viviendas, pero también la segregación socio-espacial, provocando un sentimiento de abandono en la población, una hecho que califica al objeto de estudio inmerso en injusticias espaciales que en consecuencia niegan también el derecho a la ciudad.

Palabras clave: Ocupaciones precarias, Derecho a la ciudad, Espacio Justicia, Mosqueiro, Santa Bárbara do Pará.

1. Introdução

A partir dos anos 1970 um processo de reestruturação de Belém ganhou forma, tendo a dispersão dos espaços de moradia como seu principal vetor, como se constata a partir de Trindade Júnior (1998). Em termos socioespaciais, ele resultou na ampliação das desigualdades, pois grupos de baixa renda compuseram esse movimento de saída dos espaços centrais, principalmente das baixadas, chegando no espaço metropolitano, advindo de realidades integrantes da área de influência de Belém. Desse modo, configurou-se grandes espaços periféricos com infraestrutura precária, enquanto os espaços centrais registraram (e ainda registram) melhores condições de infraestrutura, sendo ocupados, em geral, por grupos de maior poder aquisitivo.

Até os anos 1990, poucos condomínios horizontais de alto padrão estavam presentes nas áreas dispersas do espaço metropolitano de Belém e distantes do núcleo da metrópole, prevalecendo amplamente a condição de periferia desses espaços distantes. Entretanto, passadas duas décadas, essa realidade ganhou novos contornos, isto é, apesar do processo de dispersão urbana ainda marcar a dinâmica socioespacial de Belém, existem diferenças substanciais em relação ao que se verificava nos anos 1980 e 1990.

Atualmente, os espaços a assumir feições mais precárias, especialmente oriundos de ocupações, situam-se nas novas bordas do espaço metropolitano, o que inclui áreas dos municípios de Marituba, Benevides, Santa Bárbara e do Distrito de Mosqueiro. Nesses espaços, uma série de questões relativas ao direito à cidade (LEFEBVRE, 2006) e à justiça espacial (CARLOS, ALVES, PADUA, 2017; SOJA, 2014) que ganham forte conotação, principalmente diante da precariedade dos serviços e das infraestruturas locais e das grandes distâncias para os espaços centrais da cidade-região.

Compreendendo o distrito de Mosqueiro e o município de Santa Bárbara do Pará enquanto componentes do espaço metropolitano de Belém, eles estão marcados por

diversos tipos de precariedades. Por conseguinte, os questionamentos que norteiam essa pesquisa são: quais as características das ocupações das bordas do espaço metropolitano de Belém? Como os moradores dessas ocupações percebem sua condição no espaço metropolitano? Como essas ocupações se apresentam do ponto de vista do direito à cidade e da justiça espacial? Como as ocupações se articulam com os espaços centrais da metrópole e como se inserem no processo de urbanização regional de Belém?

A pesquisa tem como objetivo geral analisar a natureza das novas ocupações nas bordas do espaço metropolitano de Belém, sua inserção no processo de urbanização regional e os seus rebatimentos em termos do direito à cidade e da justiça espacial. Por conseguinte, pretende-se especificamente: Identificar ocupações recentes nas bordas do espaço metropolitano de Belém e suas características em termos de serviços e de infraestrutura básica; Verificar a percepção dos seus moradores com relação a sua condição no espaço metropolitano; Entender as ocupações do ponto de vista do direito à cidade e da justiça espacial; Compreender as articulações dessas ocupações com os espaços centrais da metrópole e a sua forma de inserção no processo de urbanização regional de Belém.

A relevância dessa pesquisa se justifica pela existência de uma grande insuficiência em relação aos estudos científicos sobre os espaços urbanos da Amazônia, muitas vezes considerados secundários ou simplesmente desconsiderados diante do gigantismo de suas florestas e de seus rios. Além disso, há atualmente uma forte demanda por interpretações geográficas dos novos processos materializados em Belém e região, o que exige a utilização de novas ferramentas teóricas que captem a complexidade das suas dinâmicas de produção do espaço, das interações espaciais e das desigualdades socioespaciais constituídas. Por fim, é salutar para a academia voltar sua atenção para grupos e espaços fortemente marcados pela precariedade, em suas variadas dimensões, como é o caso das ocupações constituídas por grupos sociais precariamente incluídos, objeto dessa pesquisa.

Além desse tópico introdutório, constam no artigo outras seis seções. A primeira se volta aos procedimentos metodológicos adotados à realização deste estudo. A segunda debate os fundamentos teóricos do trabalho, sendo esta subdividida em outras quatro seções que discutem a produção do espaço urbano, o processo de urbanização regional policêntrica e a forma da cidade-região, a formação de ocupações urbanas e o direito à cidade e justiça espacial. Na terceira seção há um enfoque para o processo de metropolização da cidade de Belém, passando de metrópole confinada para uma metrópole dispersa e, posteriormente tornando-se uma cidade-região. A terceira e a quarta parte apresentam as formações, suas localizações, as áreas centrais e as condições de moradia em ocupações de Santa Bárbara e Mosqueiro, respectivamente. Por fim, a sexta seção, que também conclui o artigo, sintetiza a dinâmica de moradia em Santa Bárbara e Mosqueiro, apresentando os resultados finais da pesquisa.

2. Metodologia

O estudo do direito à cidade e justiça espacial nos novos espaços de dispersão de Belém, sua urbanização regional e ocupações precárias, como qualquer pesquisa científica, leva em consideração alguns procedimentos que permitam levantar informações, cruzar dados, fazer inferências necessárias ao alcance dos objetivos propostos. Diante disso, a investigação tem uma abordagem qualitativa, uma vez que:

Na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. Nesse caso, as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.70).

Por conseguinte, essa investigação exige o contato direto com a realidade das ocupações, as tornando principais fontes de informações a compreensão da vivência dos moradores e suas relações com a cidade-região de Belém. A pesquisa se trata de estudo de caso, o qual, conforme Gil (2008, p. 57-58), “é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado”. Para tanto, escolheu-se o distrito de Mosqueiro e o município de Santa Bárbara como objeto de estudo, tendo em vista sua condição de proximidade com o entorno metropolitano. Por isso, houve trabalho acerca de suas realidades, com coletas e análises de dados referentes às ocupações. É necessário ressaltar que durante a investigação se fez um constante movimento entre a experiência e a reflexão teórica.

Situando o trabalho no campo da geografia, especificamente a geografia urbana, como procedimento metodológico utilizado neste estudo, se fez, inicialmente, um levantamento bibliográfico, com a busca dos principais estudos realizados a partir de referenciais pertinentes à fundamentação teórica da pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013), sobre os conceitos: de produção do espaço urbano, urbanização regional policêntrica, cidade-região, ocupações, inclusão precária, segregação socioespacial, direito à cidade e justiça espacial.

Em seguida, realizou-se um levantamento documental sobre as ocupações surgidas recentemente no distrito de Mosqueiro e no município de Santa Bárbara. A procura por registros foi realizado nos seguintes órgãos públicos: Secretaria de Habitação e Agência Distrital de Mosqueiro, vinculados a Prefeitura Municipal de Belém; Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará; Companhia de Habitação do Estado do Pará, vinculada ao governo do Estado. Também foram utilizadas as bases digitais de dados, especialmente aquelas disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística– IBGE –, tanto no que se refere a dados dos Censos Demográficos Brasileiros quanto aos dados relativos aos aglomerados subnormais em Mosqueiro e Santa Bárbara do Pará.

O terceiro momento foi reservado para a realização de trabalhos de campo em ocupações precárias de caráter exploratório com o objetivo de coletar dados por meio da observação dirigida, realizar levantamentos fotográficos, colher informações para subsidiar elaboração de mapas e instrumentos que facilitem a coleta de dados em campo, tais como questionários e roteiros de entrevistas.

Posteriormente, se realizou entrevistas semiestruturadas com gestores públicos de Mosqueiro e Santa Bárbara, especialmente os que respondem pela questão habitacional. Esse tipo de entrevista é caracterizado por um conjunto de questões previamente estabelecidas, a partir de um formulário que possibilita comparar grupos e respostas (PRODANOV e FREITAS, 2013). Na busca de garantir a qualidade das entrevistas, pelo contanto inicial, a formulação de perguntas, o registro das respostas o termino da entrevista e alguns aspectos importante como validade, relevância, especificidade e clareza, bem como profundidade e extensão, conforme (MARCONI e LAKATOS, 2003) .Também foram entrevistados moradores de ocupações visando o colhimento de depoimentos, histórias de vida de alguns sujeitos produtores do espaço, no sentido de nos aproximar da condição social destes sujeitos e da realidade espacial

configurada. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas, além de entrevistas com as lideranças da associação de moradores.

Todos estes depoimentos apenas serão realizados após a assinatura de Termos de Consentimento Livre e Esclarecido. Durante todo este processo se analisou, discutiu e elaborou a redação que constitui esta pesquisa. Foi a partir de tais procedimentos que se realizou a pesquisa sobre o direito à cidade e justiça espacial nos novos espaços de dispersão de Belém. Neste sentido, para que ela possa ser compreendida, faz-se necessário uma revisão teórica de temas como espaço geográfico e urbano, metropolização regional policêntrica e cidade-região, assentamentos precários, direito à cidade e justiça espacial.

3. Urbanização regional, direito à cidade e ocupações precárias: fundamentos teóricos

Para a realização da presente pesquisa, se realizou inicialmente um levantamento com os trabalhos atualmente desenvolvidos que abordam os conceitos e temáticas relativos à ocupação precária, ao direito à cidade e à justiça espacial, na intenção de obter um panorama da discussão acerca desses conteúdos estavam sendo desenvolvidas no meio científico. Assim, o quadro 1 apresenta os principais conceitos desta investigação, seus autores, o título das obras e o tipo de trabalho.

Quadro 1: Principais conceitos, autores e obras utilizados na pesquisa (Fonte: elaborado pelos autores).

Temática / Conceito	Autores	Obra	Tipo
Moradia / Assentamentos precários / Ocupações / Inclusão precária	CARDOSO (2016)	Assentamentos Precários no Brasil: Discutindo Conceitos (IPEA)	Livro
	RESCHILIAN (2005)	Dinâmica Urbana e pobreza: a favela como expressão da inclusão precária	Artigo
	QUEIROZ FILHO (2015)	As definições de assentamentos precários e favelas e suas implicações nos dados populacionais: abordagem da análise de conteúdo	Artigo
	MARQUES ET AL (2007)	Assentamentos precários no Brasil urbano	Livro
	RESCHILIAN (2004)	Dinâmica urbana e pobreza: a favela como expressão da inclusão precária	Artigo
	MONTEIRO; VERAS (2017)	A questão habitacional no Brasil	Artigo
	LEFEBVRE (2006)	O direito à cidade	Livro
	SOJA (2014)	En busca de la justicia espacial	Livro
	HARVEY (2012)	O direito à cidade	Artigo
	Direito à cidade / Justiça espacial	CARLOS (2020)	Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”
CARLOS; ALVES; PADUA (2017)		Justiça espacial e o direito à cidade	Livro
VAN DEN BRULE (2020)		As diversas abordagens da justiça espacial na geografia	Artigo

Através das informações do quadro 1, percebe-se que diferentes análises foram realizadas abordando temas e conceitos que dialogam com as inquietações que motivaram a elaboração desse trabalho. Esses temas foram escolhidos por serem considerados os de maior pertinência para a efetivação deste estudo. Na tentativa de aproximá-los, foram traçados diálogos não somente entre esses estudos, mas

também com outros, e a presente pesquisa, que permitissem uma maior compreensão científica da realidade das ocupações precárias em Mosqueiro e Santa Bárbara do Pará.

3.1. A produção do espaço urbano e seus agentes

Em sua análise, Santos (2006) compreende que o espaço geográfico “é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (p. 39). Deste modo, para o intelectual, o espaço é composto por diversos objetos conectados entre si, cujos foram produzidos pelo ser humano ou são resultados da natureza. Além desses, os sistemas de ações são também, para o autor, integrantes do espaço, porque toda ação acontece devido a necessidades, naturais ou não, que modificam a realidade.

Lefebvre (2006) entende o espaço social tanto como um produto das relações da sociedade, especialmente as de produção, como também um produtor, uma vez que interfere nas ações humanas, exercendo influência e resistência à transformações. Ele discute o espaço em movimento e tempo, isto é, a percepção de uma possibilidade de compreensão que permitiria analisar a maneira como as sociedades funcionam, como se estabelecem e se reconhecem. Assim, o espaço está ligado à realidade social, não se pode servir como conjectura epistemológica, ele é produzido (LEFEBVRE, 2006).

Corrêa (1995) interpreta o espaço urbano como um conjunto de diversos usos da terra que estão justapostos entre si e organizam espacialmente a cidade, sendo fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, assim como um conjunto de símbolos e campos de lutas. Para ele, “tais usos definem atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão” (CORRÊA, 1995, p.7). O espaço urbano é condicionante das ações sociais, que reflete não somente nas ações do presente como naquelas que se desenvolveram no passado. Ele identifica 5 agentes modeladores do espaço urbano. São eles os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

A cidade é lócus de onde as classes sociais se mantêm e também se reproduzem, sendo o espaço da cidade objeto de lutas sociais que buscam, a partir de reivindicações particulares, justiça espacial e direito à cidade. Portanto, como produto social, essas ações são praticadas por agentes que produzem e consomem o espaço que o reestruturam sucessivamente para atender seus interesses por meio de diferentes ações.

3.2. Da metropolização à urbanização regional policêntrica e da metrópole à cidade-região

As metrópoles encontram-se no topo da hierarquia urbana e o grau de complexidade que elas desempenham promove uma atuação de grande destaque na hierarquia a nível internacional (DAVANZO et al., 2011). O processo de formação de uma metrópole, a metropolização, ocorre na medida em que uma cidade ganha importância e multifuncionalidade, em números tanto populacionais, quanto econômicos, processo este atrelado a industrialização e urbanização. Sobre a formação das cidades na contemporaneidade, Soja (2013) identifica que há cidades as quais adentraram em

um novo processo. Para ele, os antigos centros urbanos passam por uma diminuição de suas densidades, ao passo que os espaços suburbanos se adensam a partir da ocupação de áreas vazias, se tornando heterogêneas e se assemelhando ao tradicional centro da cidade. Isso permite que não só a cidade tenha mais de um centro, ainda que haja um centro principal, mas também que se formem comporem a mesma malha urbana (SOJA, 2013).

Para Soja (2013), essas novas realidades se caracterizam como uma morfologia para além de uma única escala, promovendo uma complexa convergência entre o espaço intraurbano (ou urbano) e a região, dando origem as cidades-região ou cidades regionais, resultantes dos processos de urbanizações regionais policêntricas, que estão articuladas ao capitalismo financeiro e à globalização. Magalhães (2008) identifica uma dificuldade em delimitar com clareza os limites das atuais metrópoles, devido ao fortalecimento da urbanização em seu entorno, pois alguns espaços metropolizados alcançaram uma complexidade na qual adentraram em outra fase da urbanização, se tornando pós-metrópoles.

Segundo Delgado (2003), a cidade-região se estabelece a partir de três subespaços: área urbana conurbada, que apresenta características de densidade, diversidade e complexidade econômica, política, cultural, etc. que marcam a metrópole; coroa regional, cuja é o espaço periurbano próximo não conurbado onde ocorrem difusões econômicas, sociais e urbanas; e periferia regional, a qual não manifesta em seu espaço os processos de difusão. A delimitação das cidades-região é muito complexa, mas o deslocamento de pessoas e mercadorias, entre outras possibilidades, ajuda a reconhecer os contornos e limites da cidade-região, como desenvolvido por Ribeiro (2017, 2018).

Ademais, a urbanização regional policêntrica, está resultando no aumento do surgimento das cidades-região, que não somente impulsionam a economia global, mas também causam injustiças (SOJA, 2013), como a segregação socioespacial, a periferização de grupos sociais e a disseminação marginalizada de ocupações e outros assentamentos precários.

3.3. As ocupações no contexto dos assentamentos precários

Os espaços urbanos oferecem uma série de serviços e condições de habitação, que em parte dão possibilidade de boas qualidades de vida, porém, ainda assim, possuem diversos problemas. O processo acelerado de uma urbanização excludente levou a formação de periferias urbanas onde se configuram consequências de uma precária inclusão que abarca grande parte da população carente. Os mecanismos de apropriação do território e de concentração de renda são fatores da crescente periferização das áreas metropolitanas, aumentando desigualdades e outros problemas em virtude do processo de segregação espacial (RESCHILIAN, 2005). Isso está associado à formação de assentamentos precários, áreas de riscos com certa ausência do setor público.

A configuração de assentamentos precários, recorrente no Brasil, se trata de uma transformação no espaço urbano inerente ao modelo de desenvolvimento adotado no país que ocasionam uma urbanização desigual. Nesse caso, realçam-se as questões de caráter político, principalmente porque o mercado ilegal de terras e as construções fora dos padrões urbanísticos dependem da tolerância do poder público, que deve dar atenção às necessidades habitacionais e a problemática do direito à cidade. Desta forma,

A irregularidade dos loteamentos pode dizer respeito ao não cumprimento integral da normativa urbanística, embora em muitos casos haja sido dado início aos procedimentos de licenciamento; já a clandestinidade diz respeito a parcelamentos efetuados sem qualquer iniciativa de licenciamento, ou seja, trata-se de empreendimentos sobre os quais não há registro oficial pelo poder municipal (CARDOSO, 2016, p.35).

Este autor, identifica os quatro tipos de assentamentos precários: loteamentos clandestinos, cortiços, conjuntos habitacionais degradados e favelas. Sobre este último, aqui compreendido como ocupações, são moradias precárias que, por estarem em solos irregulares público ou privado, cresceram com padrões urbanísticos abaixo do solicitado pela legislação. Das capitais brasileiras, Belém apresenta uma região metropolitana que possui a maior presença de assentamentos precários do país. Conforme Marques et al (2008) metade da população dos municípios de Belém e Ananindeua vivem com precariedade social e habitacional, enquanto que Benevides, Marituba e Santa Barbara do Pará dispõe de assentamentos precários maiores do que citados anteriormente, entretanto, com menor contingente populacional.

3.4. Segregação socioespacial, direito à cidade e justiça espacial em espaços urbanos complexos

O processo de segregação socioespacial se relaciona a uma série de fatores, como a questão da moradia, a deterioração e diminuição dos espaços públicos, a mobilidade urbana e o transporte coletivo. O modo como a sociedade expressa a segregação espacial ganha significado quando compreende a segmentação espacial e a radicaliza, vinculado aos sujeitos sociais que estão envolvidos, os que segregam e os que estão segregados (SPOSITO, 2013). O sistema capitalista estende privilégios aos com maiores poderes aquisitivos, enquanto os menos favorecidos economicamente são levados a habitar locais assinalados pela precariedade. O direito à cidade e a justiça espacial dependem de um poder coletivo de reestruturar o processo de urbanização com uma transformação da sociedade. Lefebvre (2006) destaca que uma ciência analítica da cidade tem seu esboço com a práxis – prática social – tendo em vista que a força social é capaz de investir a si mesma no urbano, por meio de suas experiências políticas na sociedade urbana.

A estratégia urbana baseada na ciência da cidade tem necessidade de um suporte social e de forças políticas para se tornarem atuante. Ela não age por si mesma. Não pode deixar de se apoiar na presença e na ação da classe operária, a única capaz de pôr fim a uma segregação dirigida essencialmente contra ela (LEFEBVRE, 2006, p. 113).

O cidadão privado da essência da cidadania se vê em uma luta constante na busca de direitos básicos como comer, dormir, habitar e pelo espaço da vida na cidade. O autor também considera que o direito à cidade não pode ser idealizado apenas como “um simples direito de visita ou de regresso às cidades tradicionais” (p.117), mas na perspectiva das necessidades antropológicas comercializadas, assim, a vida urbana que se dá no espaço do convívio e seu valor de uso pode ser concebida pelo “direito à vida urbana, transformada, renovada” (p.118). Logo, em uma sociedade capitalista é difícil a aplicabilidade desse direito, pois a cidade é vista em uma lógica de troca e mercado, compra e venda.

Para Soja (2014) os fundamentos do direito à cidade em Lefebvre remetem à busca por justiça, democracia e direitos dos cidadãos. Dessa forma nenhum processo social acontece sem alteração no espaço, certas desigualdades sempre serão uma realidade e nunca haverá uma igualdade perfeita no espaço, pois sempre irá existir variações no âmbito do desenvolvimento sócio-histórico. Todas as vantagens ou

oportunidades desiguais, sejam elas individuais ou coletivas, ao perpassarem pela dimensão espacial, podem ser visualizadas como injustiça espacial. Nesse quadro, reivindicar o direito à cidade torna-se complicado e, ao mesmo tempo, indispensável, como evidencia a análise da realidade concreta da cidade-região de Belém, no Estado do Pará, mais precisamente da Ilha de Mosqueiro e do município de Santa Bárbara.

4. O espaço metropolitano de Belém: dispersão e precariedade

Com mais de quatro séculos de fundação, Belém é uma importante metrópole do Brasil na Amazônia. Apesar de estar em uma região marcada no imaginário nacional e internacional por suas características naturais, a capital paraense é um dos principais e mais complexos espaços urbanos brasileiros. Em suas investigações sobre a cidade, Trindade Júnior (2016) analisa sua metropolização a partir da década de 1960, através de políticas públicas para integrar a região ao restante do país, o que refletiu em novas atividades urbanas do Estado e de empresas privadas, bem como um crescimento populacional.

Ele pontua que a ocupação das baixadas por grupos carentes ocorreu devido à migração rural-urbano. Apesar de alagáveis, as áreas de baixas cotas altimétricas na primeira légua patrimonialⁱ são acessíveis à área central da metrópole devido sua proximidade. Por isso, o fator localização contribuiu para suas ocupações, em detrimento do fator qualidade, pois a Segunda Léngua Patrimonialⁱⁱ possuía boa parte de sua área com melhores condições, mas não bem localizada à época (TRINDADE JÚNIOR, 2016).

Além disso, Trindade Júnior (2016) diz que a formação de uma espécie de “cinturão institucional” nos anos 1940 por instituições do Estado nos limites da primeira légua dificultou a expansão horizontal contínua da cidade, intensificou o adensamento populacional e valorizou os escassos terrenos de cota elevada. O referido autor afirma que essas condições proporcionaram à cidade de Belém uma forma confinada, na qual as principais dinâmicas urbanas restringiam-se aos bairros da Primeira Léngua Patrimonial.

Posteriormente, Trindade Júnior (2016) expõe que na década de 1970 a expansão da malha urbana belenense ultrapassou o cinturão institucional com crescimento rumo a Avenida Augusto Montenegro e a BR-316, o que fortaleceu o crescimento populacional, a periferação e proporcionou a conurbação com Ananindeua, Marituba, Icoaraci e Caratateua. Desse modo, a capital paraense passou por um processo de reestruturação, com uma redefinição dos seus espaços internos. Essa modificação proporcionou uma configuração de metrópole dispersa à Belém, com intensa urbanização, crescimento da malha urbana, e dos fluxos de população (TRINDADE JÚNIOR, 2016).

No arcabouço desse processo, em uma faixa na cidade-região de Belém localizada nos limites do espaço metropolitano, se intensificou condições precárias de sobrevivência (SOARES, 2022). Em sua pesquisa, Soares (2022) observa que Benevides, Santa Bárbara do Pará e Mosqueiro, municípios e distrito que compõe essa área marcada pela precariedade conforme o autor, estão sendo locus desses processos de dispersão das moradias precárias. A figura 1ⁱⁱⁱ localiza essa faixa na cidade-região de Belém.

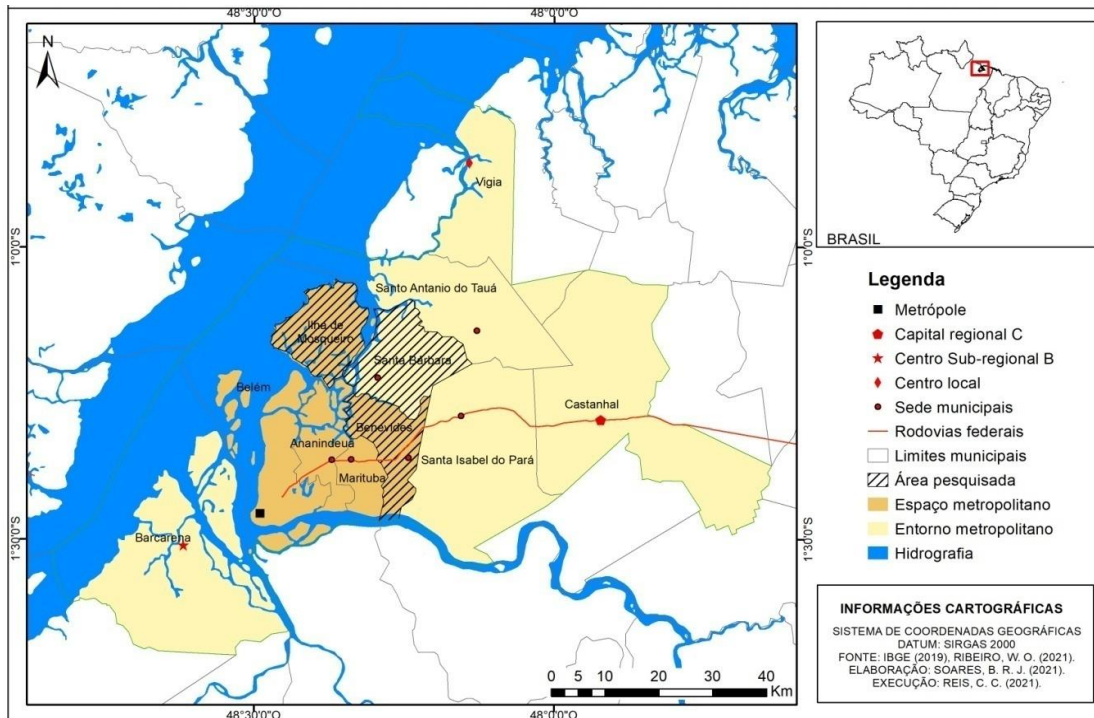


Figura 1. Cidade-região de Belém. Novos espaços de dispersão: Benevides, Santa Bárbara e Mosqueiro. 2022. (fonte: Soares, 2022).

Na caracterização do território brasileiro, o IBGE denomina os espaços com moradias precárias como aglomerados subnormais, que são:

Um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa (IBGE, 2010, p. 19).

Para seu reconhecimento, o IBGE utiliza critérios que levam em consideração se a ocupação da terra ocorreu a partir da ocupação ilegal de uma propriedade pública ou particular, possuindo ou não título de propriedade do terreno a no máximo 10 anos. Além disso, é necessário que o aglomerado tenha atendimento insuficiente pelos serviços públicos e/ou seja fora do padrão de urbanização, com tamanhos e formas diferentes de moradias e vias (IBGE, 2010). Vale ressaltar as limitações que este conceito possui, pois as estimativas para classificar os aglomerados subnormais possuem muitas variáveis, já que os resultados dependem da atualização dos dados cartográficos utilizados no planejamento do censo, que ocorre a partir da parceria entre o IBGE e outros órgãos públicos. Além disso, a classificação dos aglomerados subnormais a partir de 51 unidades habitacionais exclui as ocupações com menores quantidades de moradias, implicando em dados menores do que o real de suas populações.

Todavia, devido sua relevância, foram utilizados neste trabalho os dados dos aglomerados subnormais levantados no Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, os mais recentes. Assim, é possível ter uma caracterização que nos aproxime da realidade das ocupações presentes no distrito de Mosqueiro e no município de Santa Bárbara do Pará. Desta forma, enquanto a área de dispersão para onde se expande o espaço urbano belenense, seus assentamentos precários se tornaram

cada vez mais evidentes e relevantes, fazendo-se necessários estudos que busquem compreendê-los.

5. Novas áreas de dispersão do espaço metropolitano de Belém: o caso de Santa Bárbara do Pará

O município de Santa Bárbara do Pará, conforme Mendes (2018), tem origem com uma negra outrora escravizada chamada Luciana Maria Gomes. O autor descreve que ela herdou terras e iniciou uma comunidade com seus seis filhos que posteriormente deu início à população santa-barbarenses. Mendes (2018) diz que, em 1920, já era possível identificar três adensamentos, mas que, o até então distrito, era subordinado a outras cidades da região. Isto muda com a abertura da PA-391, um atrativo para população carente em direção ao distrito que se tornou via de acesso à ilha de Mosqueiro e cresceu em território e população. Após o asfaltamento da Rodovia, se tornou município pela Lei Estadual N° 5.963/1991 (MENDES, 2018). A figura 2 apresenta a localização do município de Santa Bárbara.

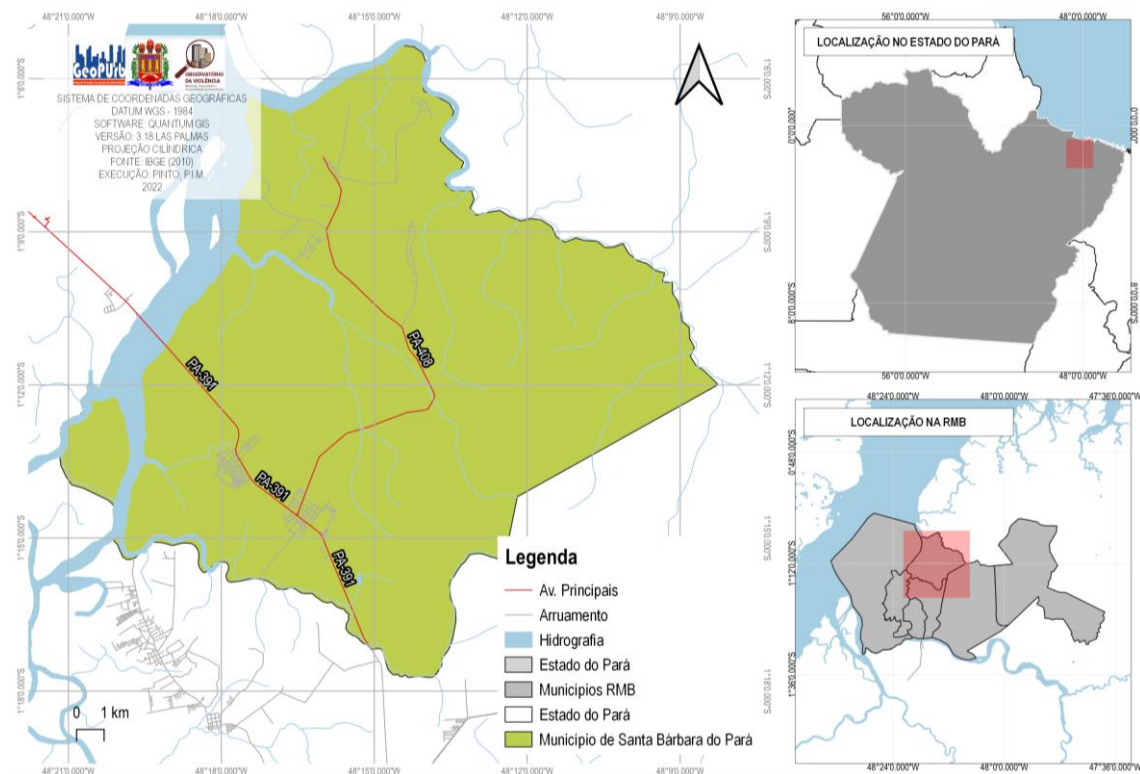


Figura 2. Belém. Localização do Município de Santa Bárbara do Pará. 2021 (fonte: Elaborada pelos autores).

O município de Santa Bárbara do Pará possui disparidades socioeconômicas que se refletem nas condições de moradia de sua população. Em seus estudos, Marques et al (2007) aponta para diversas dificuldades relativas às questões habitacionais, dentre elas a heterogeneidade das ocupações, grande empecilho à realização de estudos que possibilitem a compreensão da realidade dos assentamentos precários. De acordo com Marques et al (2007), o município de Santa Bárbara também apresenta tais fatos como realidades.

Os municípios de Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará detinham a mais alta concentração de assentamentos precários, porém com um contingente menor em termos populacionais. A vasta maioria dos domicílios localizados em áreas urbanas nestes três

municípios apresentava características habitacionais e socioeconômicas muito precárias. (...) No caso de Santa Bárbara do Pará, havia somente 3 setores censitários urbanos no município e todos eles foram classificados como precários. Estes setores congregavam 800 domicílios onde residiam cerca de 4 mil pessoas. Em outras palavras, apesar de apresentarem uma proporção mais alta de domicílios e pessoas vivendo em assentamentos precários, em termos quantitativos, o número de potenciais beneficiários de políticas de habitação nestes três municípios da RM de Belém é menor comparativamente a Belém e Ananindeua (MARQUES et al, 2007, p.62).

Portanto, o município de Santa Bárbara se configura a partir da predominância de assentamentos precários, com a marginalização de boa parte da população. Através dos dados obtidos pelo IBGE no Censo de 2010, é possível espacializar os aglomerados subnormais no município, esforço este representado na figura 3.

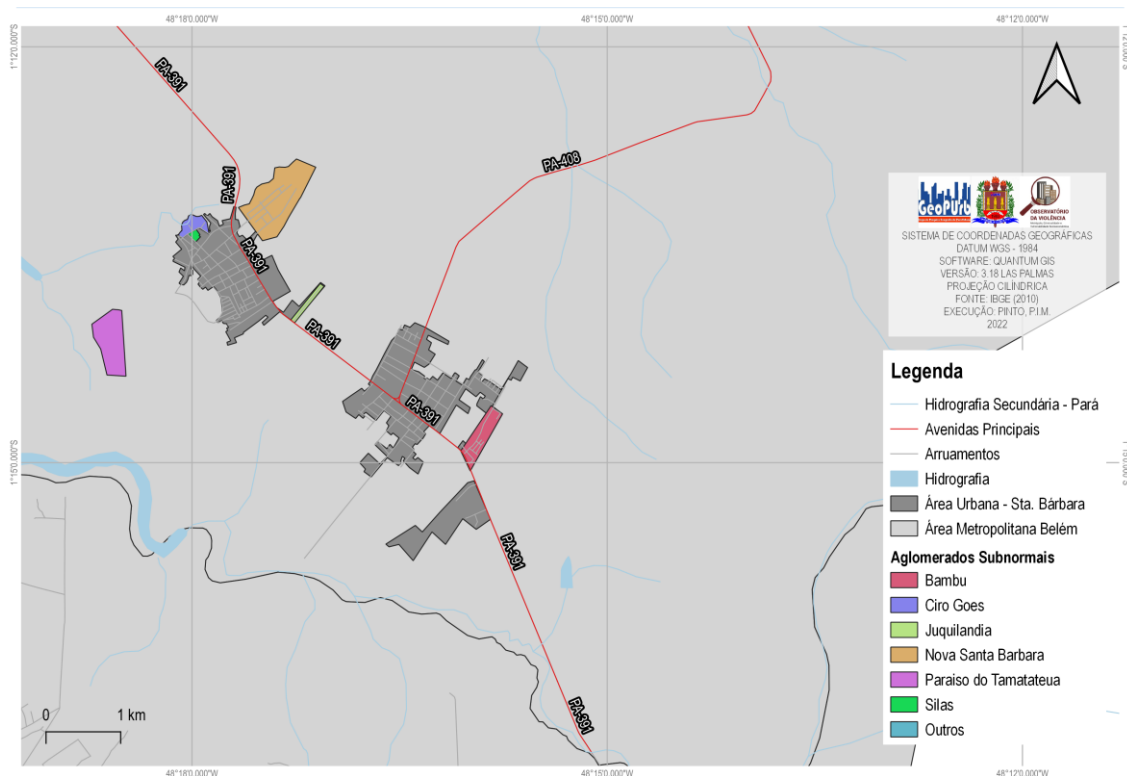


Figura 3. Santa Bárbara do Pará. Aglomerados Subnormais Urbanos. 2010 (fonte: elaborada pelos autores).

A figura 3 representa os aglomerados subnormais na área urbana de Santa Bárbara. Sua parte urbana é formada por seus dois centros: o Centro Principal, também chamado de sede, e Pau D'arco. Ribeiro (2021) já apontava para essa particularidade de Santa Bárbara, uma vez que dentre os municípios componentes da cidade-região de Belém, ela é a única que possui duas áreas centrais. Esses espaços estão localizados as margens da PA-391, também chamada de rodovia Augusto Meira Filho. Ao todo, os centros de Santa Bárbara possuem 6 aglomerados subnormais urbanos. Destes, 5 estão no centro principal: Paraíso do Tamatateua, Silas, Ciro Goes, Nova Santa Bárbara e Juquilândia. Já em Pau D'arco, apenas o aglomerado Bambu está presente. Todavia, todos os aglomerados subnormais estão as margens das áreas centrais de Santa Bárbara.

Para compreender as características desses espaços de moradia em Santa Bárbara, como eles se apresentam do ponto de vista do direito à cidade e da justiça espacial, bem como suas articulações com os espaços centrais da metrópole, foi realizado

trabalho de campo de caráter exploratório na Comunidade Juquilândia. Este teve o objetivo de coletar dados por meio da observação dirigida, realizar levantamentos fotográficos e colher informações através de entrevistas com seus moradores, sendo entrevistados 6 residentes da Comunidade. Conforme os moradores, a Comunidade Juquilândia se iniciou há 17 anos. Inicialmente, era uma ocupação social organizada pelos próprios moradores. Após uma perda judicial, houve uma negociação com a proprietária do terreno para que as famílias não fossem despejadas. Assim, cada morador teve que pagar à proprietária para adquirir o terreno. O nome da Comunidade é uma referência ao nome da antiga proprietária das terras, nomeada pelos moradores de Jucilândia.



Figura 4. Santa Bárbara do Pará. Via da Comunidade Juquilândia. 2022 (fonte: elaborada pelos autores).

A Comunidade possui uma única entrada, uma vez que possui apenas uma rua. Nela, se encontra um portão colocado por iniciativa dos próprios moradores. A via foi recentemente asfaltada. De acordo com o relato dos moradores, foi realizado pelo governo do Estado, todavia, devido a disputas políticas, conforme relato dos moradores, houve um desentendimento entre a prefeitura e o governo do estado referente ao asfaltamento da rua, o que levou o início e o final da via (figura 4) a não receberem serviços de asfaltamento. A via possui iluminação pública, com postes e lâmpadas. Porém, alguns moradores relatam a necessidade de manutenção devido ao mau funcionamento de algumas lâmpadas.

As casas possuem energia elétrica regularizada com a empresa que abastece o estado, a Equatorial S. A. O abastecimento de água às residências é feito a partir de uma caixa d'água da prefeitura, conforme a figura 5. Anteriormente, eles utilizavam poços de bocas abertas, os quais podem ser observados nas residências. Com

relação à coleta de lixo, os moradores relataram receber coleta de lixo duas vezes na semana.



Figura 5. Santa Bárbara do Pará. Abastecimento de água da Comunidade Juquilândia. 2022 (fonte: elaborada pelos autores).

A Comunidade não possui rede de esgoto, o escoamento é feito para a rua. Alguns moradores relatam que escoam para suas residências água advinda do condomínio ao lado, o Granja Colares. Para compreender a articulação dos residentes da Comunidade Juquilândia com as áreas de concentração de serviços do município de Santa Bárbara e dos demais municípios da cidade-região de Belém, durante as entrevistas foi questionado quais motivos levavam os moradores a se deslocar até esses espaços. Além disso, se perguntou sobre para onde eles se deslocavam quando buscavam alguns serviços. O quadro 2 demonstra a localização onde os entrevistados encontravam esses serviços.

A partir das observações do quadro 2, percebe-se que dentre os serviços listados, a Comunidade Juquilândia possui apenas 1, que são as mercearias, as quais atendem apenas as necessidades locais de seus moradores. Já em Pau D'arco os entrevistados relataram buscar 6 serviços, sendo buscado exclusivamente lá os postos policiais e as quadras de esportes. Isto se deve ao fato de que tanto a única delegacia do município, quanto a quadra de esportes pública estão presentes em Pau D'arco, o que faz com que não somente os moradores de Juquilândia busquem lá esse serviço, mas de outras partes de Santa Bárbara também.

Quadro 2. Santa Bárbara. Localização de serviços buscados por moradores da Comunidade Juquilândia. 2022 (fonte: elaborado pelos autores).

Serviços	Localização
----------	-------------

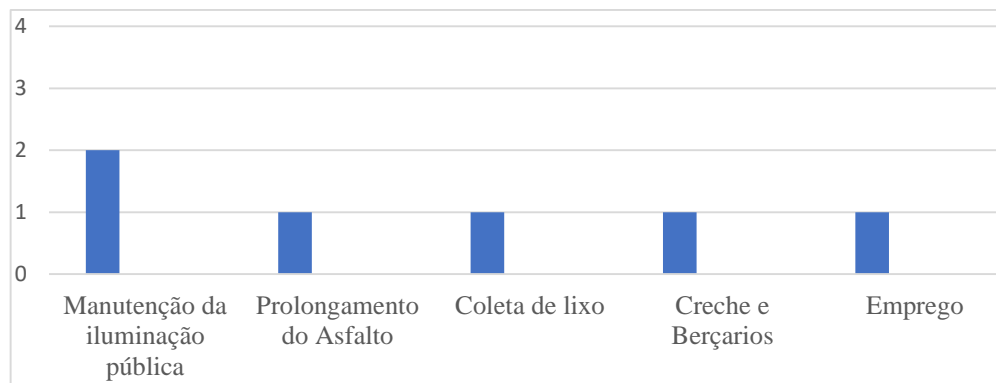
	Juquilândia	Pau d'arco	Centro principal	Outros municípios
Creches			X	
Escolas		X	X	
Hospitais			X	X
Postos de saúde			X	
Postos policiais		X		
Agências bancárias			X	X
Farmácias		X	X	
Supermercados		X	X	
Mercearias	X			
Centros comunitários			X	
Praças		X	X	
Quadras de esportes		X		

Assim, confirma-se a centralidade de Pau D'arco, uma vez que exerce influência sob outras áreas, cujo tem aproximadamente 2,1 km de distância da Comunidade. Por sua vez, o Centro Principal dispõe da maioria dos serviços buscados pelos residentes da Comunidade, totalizando 9 serviços. Distante aproximadamente 1,3 km de Juquilândia, apenas as creches e os centros comunitários são procurados exclusivamente na sede do município, os demais serviços também são buscados pelos entrevistados em Pau D'arco ou em outros municípios. Desse modo, a concentração de serviços procurados na sede municipal reforça sua condição de principal centro de Santa Bárbara.

Dos serviços buscados em outros municípios, os entrevistados relataram a procura por hospitais e agências bancárias. Os primeiros eles buscam inicialmente no Centro Principal, todavia, em função da escassez de consultas especializadas no município, há a necessidade de se deslocar para outras localidades, com destaque para Benevides, devido à proximidade, e Belém, pela concentração de hospitais públicos. Além disso, foi ressaltado, como um importante fator de deslocamento, o saque de auxílios advindos de programas de transferência de renda do governo federal, como o Bolsa Família e o Auxílio Brasil, na casa lotérica presente em Pau D'arco. Contudo, demais serviços bancários relativos a esses programas federais são realizados apenas em outros municípios.

Com a finalidade de entender tanto as necessidades, quanto os anseios da Comunidade Juquilândia, foi questionado durante a entrevista com os moradores quais serviços prestados eles acreditavam que deveriam melhorar. Para representar essas informações, o gráfico 1 apresenta esses dados trazendo 5 serviços relatados.

Gráfico 1. Santa Bárbara. Serviços que precisam melhorar segundo moradores da Comunidade Juquilândia. 2022 (fonte: elaborado pelos autores).



Por meio dos elementos apresentados no gráfico 1 se percebe a necessidade da efetivação das atuações do poder público na Comunidade, pois a maioria dos serviços apontados lhe compete diretamente. A manutenção da iluminação pública foi a principal queixa dos moradores. Vale destacar o serviço de prolongamento do asfalto, uma vez que é uma obra que foi recentemente implantada na Comunidade, mas que não alcançou todos os seus moradores. Desta forma, a situação de moradia na Comunidade Juquilândia se apresenta em condições precárias, pois sua infraestrutura, tal como iluminação pública, pavimentação e asfaltamento, como demonstrado na figura 1B, não abrange a população da comunidade em sua totalidade. Assim, seus moradores são acometidos a injustiças espaciais que não lhes permitem boas condições para viver, além de não lhes ser assegurado o direito à cidade, porque estão subjugados a um estado ineficiente de sua utilização.

6. Novas áreas de dispersão do espaço metropolitano de Belém: o caso de Mosqueiro

A ilha de Mosqueiro é um distrito do município de Belém que está a 70 km da área central da metrópole (Mapa 4). Ela apresenta como vias principais a PA-391, que intercepta a BR-316, e conta com a ponte Sebastião R. de Oliveira para articular a Ilha aos demais municípios do estado. Mosqueiro conta com uma área de 212 km² e um quantitativo populacional aproximado de 28 mil habitantes (IBGE, 2011). Sua população se concentra junto às praias, especialmente no oeste da Ilha. As concentrações de domicílio ficam junto às orlas e a periferia cresce às suas adjacências. Ao todo, são 15 praias de água doce e 19 bairros de Belém (CODEM, 2014).

Desde o final do séc. XIX, como exposto em Ribeiro (2007, 2014), o arquipélago desempenhou papel de espaço de lazer, principalmente por suas praias, realidade que se mantém até final dos anos 1990, com Mosqueiro sendo amplamente usada por grupos de altas e médias rendas de Belém. No início dos anos 2000, quando então se intensificou o uso dos grupos de baixa renda, criando conflitos de territorialidades, reordenamentos territoriais e movimentos de desterritorialização. Não exatamente como resultado disso, mas concomitantemente e de forma associada aos reordenamentos no uso das praias, outras mudanças, sempre no sentido da precarização, passaram a se evidenciar no arquipélago com destaque a reprodução de assentamentos precários, sob a forma de loteamentos privados, de empreendimentos da faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e de ocupações.

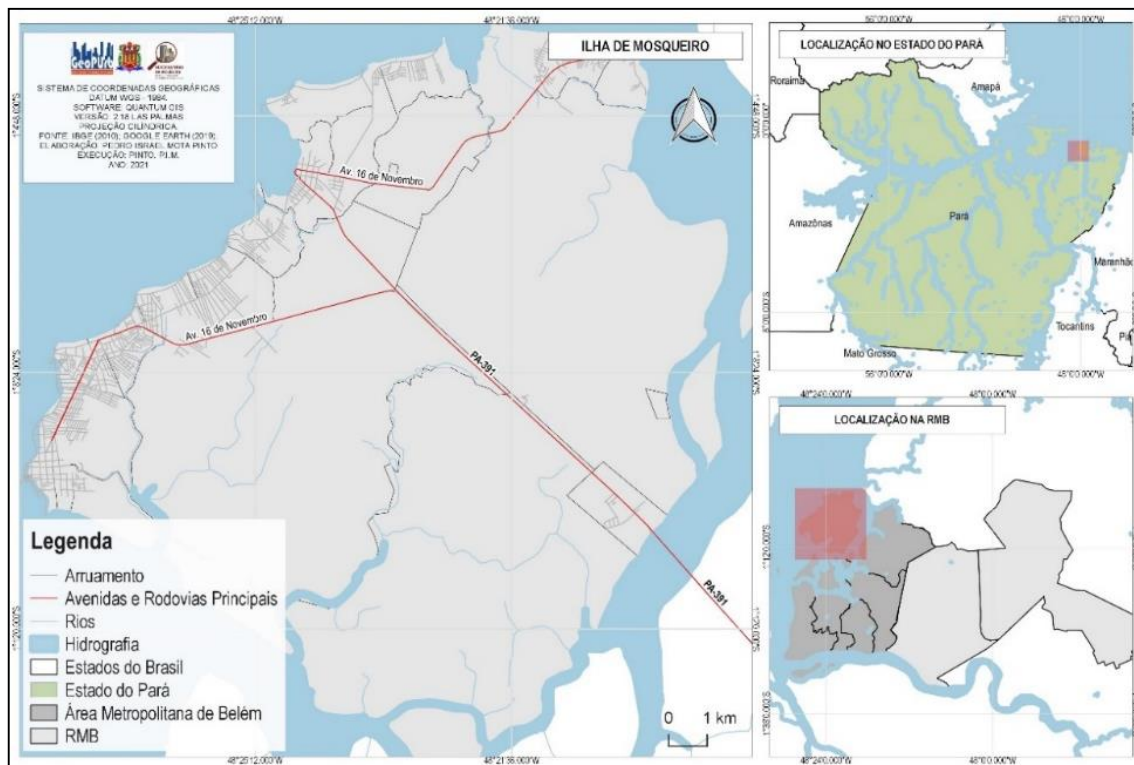


Figura 6. Belém. Localização do distrito de Mosqueiro. 2021(fonte: elaborada pelos próprios autores).

Ferreira (2010) evidencia a expressiva presença de ocupações em Mosqueiro (quadro 3), tendo parte significativa delas surgido entre os anos de 2000 e 2008, o que autorizou Ferreira (2010, p.117) a constatar que Mosqueiro “vem se conformando como um novo espaço de assentamentos residenciais precários, onde se percebe, por conta disto, o aumento da concentração de pobreza em seu território”.

Quadro 3. Distrito de Mosqueiro/Belém. Ocupações e seus respectivos bairros. 2008 (fonte: Ferreira, 2010).

Nº	Ocupação	Bairro de localização	Nº	Ocupação	Bairro de localização
01	Pantanal	Vila	17	Pução	Carananduba
02	Cajueirinho	Maracajá	18	Curvão	Carananduba
03	Poeirão	Praia Grande	29	Bairro Novo	Carananduba
04	Fazenda Clube	Praia Grande	20	Lote do Mendes	Carananduba
05	Jardim Rosália	Chapéu Virado	21	Estrela da Manhã	Carananduba
06	Prainha	Prainha	22	Coréia	Carananduba
07	Murubira	Murubira	23	Taba (Mártires de Abril)	Carananduba
08	ASCB	Natal do Murubira	24	Caruara	Caruara
09	Consciência	Porto Arthur	25	Vale do Paraíso	Paraíso
10	Variante	Murubira	26	APROAR	Sucurijuquara
11	Vasco da Gama	Murubira	27	Ipixuna	Baía do Sol
12	Ariramba (Coragem)	Ariramba			

13	Terra Alta	Bonfim/São Francisco	28	São Geraldo	Baía do Sol
14	Igaracoco	São Francisco	29	Parque Severino	Baía do Sol
15	Cajueiro (Vila Sapo)	Carananduba	30	Dorothy I	PA-391
16	Vila de pescadores	Carananduba	31	Dorothy II	Rod. BL-13

Diante do exposto, percebe-se que Mosqueiro se caracteriza dentro da desigualdade e precarização das condições de vida da população mais pobre decorrente da expansão urbana que provocou a ocupação desordenada pela informalidade das moradias na ilha. Essa dinâmica de expansão das cidades remete a urbanização excludente que ocorreu no Brasil, pois se processa de forma extremamente desigual. Resultado do aprofundamento da concentração de renda no país, ela desencadeia uma dinâmica que avoluma os problemas urbanos: a periferização (FERREIRA, 2010, p, 29). Compreendendo os aglomerados subnormais como fruto desse processo, a figura 7 apresenta suas localizações no distrito de Mosqueiro.

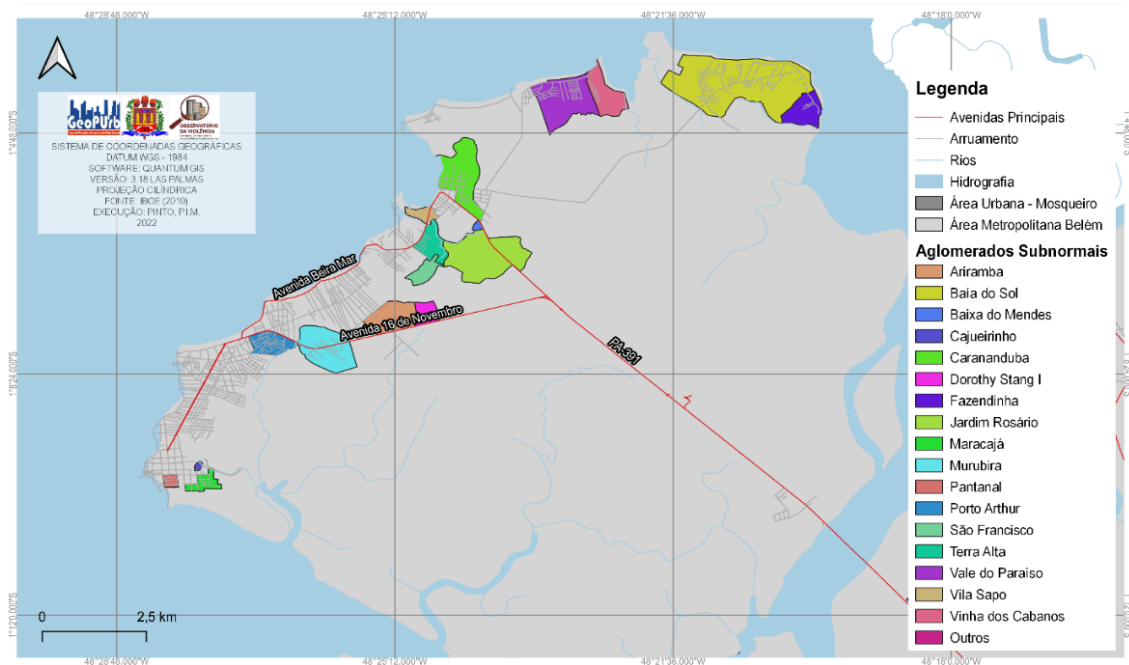


Figura 7. Belém/Distrito de Mosqueiro. Aglomerados Subnormais. 2010(fonte: elaborada pelos autores).

A partir da observação do mapa, percebe-se que o distrito de Mosqueiro possui mais de 17 aglomerados subnormais, os quais estão dispostos no entorno das principais vias principais, como a Av. 16 de Novembro, a Av. Beira Mar e a PA 391. Dentre elas, algumas são mais antigas, que surgidas no período de dispersão de Belém, enquanto que outras são mais recentes e se ligam ao momento da urbanização contemporânea da metrópole. Para compreender as características desses espaços de moradia em Mosqueiro, como eles se apresentam do ponto de vista do direito à cidade e da justiça espacial, bem como suas articulações com os espaços centrais da metrópole, foram realizados trabalhos de campo de caráter exploratório em duas ocupações do distrito: a Vila Sapo e o Bairro Novo. Existente a 50 anos, a Vila Sapo, presente no bairro de São Francisco, tem seus resultados de pesquisa em Pinheiro (2022), a qual diz que

na medida em que se adentra a ocupação, as casas em madeira e em situação de palafita se tornam predominantes. [...] O acesso à ocupação Vila Sapo dá-se por uma viela estreita marcada por uma ladeira. Desde aí, já se pode notar que o espaço foi ocupado sem planejamento, as casas são muito próximas umas das outras, não havendo clareza na demarcação de terrenos. Não existe arruamento legível, bem como não há a presença de calçadas. Além disso, devido a topografia, a proximidade com o rio e a ausência de saneamento básico, as ruas são alagadiças (PINHEIRO, 2022).

Por sua vez, o Bairro Novo existente acerca de 30 anos, se localiza no bairro do Carananduba e possui como via principal a Rodovia Augusto Meira Filho. Um dos moradores mais antigos entrevistados relatou como se deu a ocupação:

“Eu não morava aqui, morava para o São Francisco, aí o que aconteceu... isso aqui foi uma área de invasão que teve, se não fui o primeiro nem o segundo, acho que fui o terceiro ou quarto morador daqui, a gente morava mais na outra rua, não tinha tudo isso de casa, na época, isso aqui era um matagal imenso (...) devido à necessidade do pessoal, invadiram tudo, a gente que é morador daqui, pode dizer que dá um pouco de tristeza de ver pouco do amparo do poder público sobre a questão de ajudar a ensinar as pessoas alguma coisa, as vezes o motivo da pessoa não progredir muito é porque não tem o conhecimento e o aprendizado, pelo menos uma profissão. Nossa área surgiu assim, através de uma invasão, na necessidade de moradia e graças a Deus que toda essa área aqui foi apropriada, só que foi perdido a benfeitoria de posse mas hoje em dia já é tudo regularizado” (Morador do Bairro Novo, 2022).

Através do relato obtido e da entrevista em campo, se nota que o Bairro Novo é fruto da necessidade de residências a população de baixa renda de Mosqueiro, bem como da cidade-região de Belém, a qual se organizou para ocupar um terreno cujo estava desocupado e inutilizado. Além disso, é possível identificar que a existência de atuação do poder público, mas que ocorre de modo escasso, assim como uma demanda por melhores condições de ensino e de trabalho. Para entender as condições de infraestrutura, a figura 8 e 9 retratam as ruas transversais da ocupação, correspondentes à Rua Fabiano Maciel e passagem José Sarmiento, respectivamente.



Figura 8. Belém/Distrito de Mosqueiro. Ruas transversais do Bairro Novo no Distrito de Mosqueiro. 2022 (fonte: elaborada pelos autores).



Figura 9. Belém/Distrito de Mosqueiro. Ruas transversais do Bairro Novo no Distrito de Mosqueiro. 2022 (fonte: elaborada pelos autores).

Ao observar as figuras 8 e 9, se percebe que a principal rua da ocupação está pavimentada, com instalação de sistema de esgoto e calçamento, serviço que, conforme os moradores, foi realizado em janeiro de 2022. No entanto, as ruas transversais, ainda continuam sem estas infraestruturas, o que confirma sua característica como um assentamento precário, onde se possui a ausência de condições básicas a vida e, quando elas chegam, não abrangem toda a população que ali reside. Para compreender a articulação dos residentes do Bairro Novo com as áreas de concentração de serviços de Mosqueiro e dos demais municípios da cidade-região de Belém, durante as entrevistas foi questionado quais motivos levavam os moradores a se deslocar até esses espaços. Além disso, se perguntou sobre para onde eles se deslocavam quando buscavam alguns serviços. O quadro 4 demonstra a localização onde os entrevistados encontravam esses serviços.

Quadro 4. Ocupação Bairro Novo. Busca por atividades básicas do dia a dia segundo os moradores entrevistados. 2022 (fonte: elaborado pelos autores).

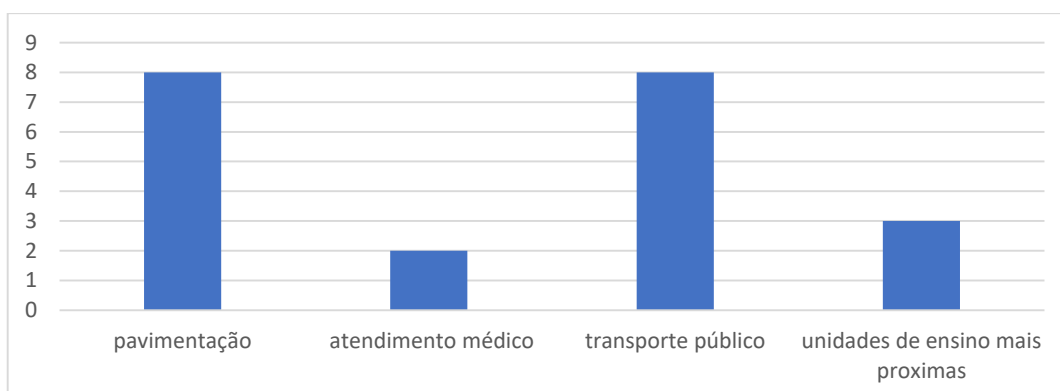
Serviços	Localização		
	Bairro novo	Vila de mosqueiro	Outros municípios
Creches	X		
Escolas	X		
Hospitais		X	
Postos de saúde	X		
Postos policiais	X	X	
Agências bancárias			X
Farmácias	X		
Supermercados	X		
Mercearias	X		
Centros comunitários	X		

Praças	X	X
Quadras de esportes	X	

Os moradores da ocupação Bairro Novo, apesar dos serviços listados estarem presentes na localidade, reconhecem uma precarização e manifestam insatisfação, dando destaque ao transporte público e às agências bancárias, presentes somente na área central de Mosqueiro^{iv} que funcionam de modo limitado, apenas para recebimento de auxílios financeiros do governo ou para pagar as contas. Segundo os residentes da ocupação, considerando os transportes alternativos, o tempo de deslocamento até o centro principal da ilha chega a 30 minutos, porém todos os entrevistados consideraram o transporte coletivo ruim, tendo em vista o tempo de espera, frota reduzida, superlotação e pouco conforto na viagem.

Para entender tanto as necessidades, quanto os anseios dos habitantes do Bairro Novo, foi questionado durante a entrevista com os moradores quais serviços prestados eles acreditavam que deveriam melhorar. Para representar essas informações, o gráfico 2 apresenta esses dados trazendo 4 serviços relatados.

Gráfico 2. Belém/Distrito de Mosqueiro. Serviços que precisam melhorar, segundo moradores da Comunidade Bairro Novo. 2022 (fonte: elaborado pelos autores).



Durante as entrevistas, todos alegam que desejam ter uma revitalização das ruas, pois Mosqueiro está “muito suja e cheia de buracos”. Ao comparar esse relato com as figuras 8 e 9 se verifica que ruas transversais da ocupação continuam na piçarra, enfrentando problemas com buracos e alagamentos, em especial no período de grandes índices de chuvas. Além da pavimentação, dois entrevistados chamaram a atenção para a necessidade de um atendimento médico melhor, mais acessível, pois, apesar da existência de um posto de saúde próximo, para se consultar é necessário ir de para a fila de madrugada, pegar uma ficha, para agendar as consultas dos poucos procedimentos presentes na unidade.

Ademais, três entrevistados expuseram o desejo de ter uma universidade mais próxima, devido, principalmente ao ensino superior público e gratuito estar localizado principalmente na área central de Belém, além do fato de que, os moradores da ilha se formam, mas não conseguem exercer a profissão em Mosqueiro, por falta de empregos e oportunidades.

A partir da pesquisa realizada na ocupação do Bairro Novo, se analisou que os assentamentos precários em Mosqueiro estão se formando em áreas com potencial

de crescimento e dispersão, devido ao contingente populacional que se expande horizontalmente, isto é, de forma desigual em meio a malha urbana. Nesse contexto de precariedade ao qual se encontram esses espaços, se percebe que esses espaços estão sendo produzidos, de forma irregular devido a necessidade de habitação, com injustiças espaciais que podem facilmente ser identificadas, como a qualidade do sistema de transporte, da iluminação pública, da coleta de lixo seletiva e demais serviços urbanos. Logo, questiona-se também o direito à cidade, pois a formação de assentamentos precários ocorre devido a uma grande consequência da ineficiente inclusão da população de menor renda no mercado imobiliário formal, no acesso a moradias de qualidade, equipamentos urbanos, a ruas com pavimentação e rede de tratamento de esgoto, na cidade com um todo.

7. Considerações finais

Belém passa por um processo de reestruturação urbana o qual se expressa a partir de fatores associados a uma urbanização regional policêntrica que produz uma cidade-região com espaços de consumo dispersos, disparidade de renda dos grupos sociais das áreas dispersas, desenvolvimento de outras centralidades e configuração de novos espaços precários cada vez mais distantes do núcleo metropolitano. Compreender essa nova realidade requer considerar a produção e consumo do espaço, o uso da terra e a sua inserção em um espaço urbano fragmentado e articulado, o crescimento acelerado das metrópoles e a produção de novas formas urbanas, a configuração de assentamentos precários e a segregação socioespacial. Nesse contexto, Mosqueiro e Santa Bárbara compõem a cidade-região nos limites de seu espaço metropolitano. Nas últimas décadas, eles se encontram de forma crescente na condição de espaços precários distantes voltados aos grupos de baixa renda marcados pelo surgimento de novos assentamentos.

Nesse contexto, suas ocupações tornaram-se estudos de caso dessa investigação, em razão de suas precariedades de moradias e pelas injustiças espaciais que negam aos seus moradores um efetivo direito à cidade. Levando em consideração as formações das ocupações, suas configurações espaciais e os modos como suas populações se apropriam do espaço, tanto Mosqueiro como Santa Bárbara mostram que o direito à habitação não se limita apenas em ter uma residência para morar, devido suas infraestruturas deficientes e frágeis ofertas de serviços públicos e privados de grande relevância aos moradores. No Bairro Novo, em Mosqueiro, não se notou nos moradores entrevistados percepção relativa ao processo de segregação socioespacial, nem de estigmas negativos construídos sobre eles, porém, as deficiências quanto aos serviços e à infraestrutura evidenciam a não garantia do direito à cidade e da justiça espacial.

Em Santa Bárbara, se constatou que a Comunidade Juquilândia possui infraestrutura precária, onde serviços públicos como asfaltamento, pavimentação, abastecimento de água e manutenção da iluminação pública ainda estão pendentes, uma vez que não atendem de maneira eficiente toda a Comunidade. Dessa forma, seus moradores são afetados com injustiças espaciais que não lhes permitem boas condições para viver. Além disso, a localização de Juquilândia entre as duas áreas centrais do município favorece seus moradores a utilização de serviços de ambos os centros de Santa Bárbara. Todavia, a escassez de caixas eletrônicas e de especialidades médicas no município precariza esses serviços. Assim, não é garantido aos residentes de Juquilândia seu direito à cidade, porque estão submetidos a condições ineficientes de usufruí-la. Por fim, seus habitantes ainda enfrentam dificuldades para viver, onde

cabe ao Estado ampliar suas atuações dentro da Comunidade para garantir aos seus moradores condições dignas. Desse modo, seja em Santa Bárbara seja em Mosqueiro, a precariedade se faz presente, assim como a justiça espacial e o direito à cidade estão distantes dos níveis satisfatórios, dando aos seus habitantes condições insuficientes para que possuam uma vida justa e de qualidade.

Referências

CARDOSO, Adauto Lúcio. Assentamentos precários no Brasil: discutindo conceitos. In: MORAIS, Maria da Piedade; KRAUSE, Cleandro, LIMA NETO, Vicente Correia (editores). **Caracterização e tipologia de assentamentos precários**: estudos de caso brasileiros. Brasília: Ipea, 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; ALVES, Glória; PADUA, Rafael Faleiros de (Orgs.). **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Henri Lefebvre**: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”. Revista Direito e Práxis, v. 11, p. 349-369, 2020.

COMPANHIA de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém. **Mapa de localização de Mosqueiro**. Disponível em: <https://codem.belem.pa.gov.br>. Acessado em: 15 Jun 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1995.

DAVANZO, Aurea; PIRES, Maria; NEGREIROS, Rovená; SANTOS, Sarah. Metropolização e rede urbana. In: PEREIRA, Rafael; FURTADO, Bernardo. (org.). **Dinâmica urbano-regional**: rede urbana e suas interfaces. Brasília: Ipea, 2011.

DELGADO, Javier. La urbanización difusa, arquetipo territorial de la ciudad-región. **Sociológica**, año 18, n. 51, 2003.

FERREIRA, Helena Lucia Damasceno. **Expansão urbana e periferização em áreas de interesse turístico**: o caso da ilha do mosqueiro, Belém (PA). 2010. (Mestrado em Ambiente Urbano) –Universidade da Amazônia, Pará.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. Lutas sociais, n. 29, p. 73-89, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**: aglomerados subnormais primeiros resultados. Rio de Janeiro (RJ): IBGE, 2010.

_____. **Sinopse do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro (RJ): IBGE, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. Da metrópole à cidade-região: na direção de um novo arranjo espacial metropolitano? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 10, n. 2 / novembro 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MARQUES, Eduardo et al. **Assentamentos precários no Brasil urbano**. Brasília: CEM- Cebrap; Secretaria Nacional de Habitação; Ministérios das Cidades, 2007. 393p.

MENDES, Luiz Augusto Soares. A geografia-histórica da região metropolitana de Belém. **Revista espacialidades**. [S. l.], v. 14, n. 1, p. 10-39, 2018.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antônio Tolrino de Rezende. A questão habitacional no Brasil. **Mercator (Fortaleza)**, v. 16, 2017.

NUNES, Isac José Murta; ROSA, Leandro Maciel Sarrazin da. A problemática da violência nas novas áreas de dispersão do espaço metropolitano de Belém: os casos de Benevides e Santa Bárbara do Pará. IN: X Seminário de Integração Científica da Universidade do Estado do Pará, 2022, Belém. **Anais do X seminário de integração científica da Universidade do Estado do Pará**. 2022. 819 p.

PARÁ. Assembleia Legislativa. **Lei Complementar N° 27, de 19 de outubro de 1995**. Disponível em: <http://bancodeleis.alepa.pa.gov.br/>. Acesso em: 23 ago 2021.

PINHEIRO, Natália Souza. Urbanização regional de Belém e ocupações precárias: direito à cidade e justiça espacial nos novos espaços de dispersão. IN: Seminário de Integração Científica da Universidade do Estado do Pará, 2022, Belém. **Anais do X seminário de integração científica da Universidade do Estado do Pará**. 2022. 819p.

PRODANOV, Cleber; FREITAS, Ernani. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul - Brasil: Universidade FEEVALE, 2013.

QUEIROZ FILHO, Alfredo Pereira de. As definições de assentamentos precários e favelas e suas implicações nos dados populacionais: abordagem da análise de conteúdo. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 7, p. 340-353, 2015.

RESCHILIAN, Paulo Romano. Dinâmica urbana e pobreza: a favela como expressão da inclusão precária. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 1, n.1, p. 52-70, 2005.

RIBEIRO, Willame de Oliveira. **Ordem e desordem do território turístico: a chegada do estrangeiro e os conflitos de territorialidades na orla oeste de Mosqueiro, Belém/PA**. 2007. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2007. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

_____. Territórios, territorialidades e reordenamentos das práticas turísticas nas praias de rio da orla oeste de Mosqueiro, Belém/PA. **Revista GeoAmazônia**, Belém, n. 2, v. 01, p. 123 - 143, jan./jun. 2014

_____. **Interações espaciais na rede urbana do Nordeste do Pará: particularidades regionais e diferenças de Bragança, Capanema e Castanhal**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), Campus de Presidente Prudente.

_____. Dispersão metropolitana e novas formas urbano-regionais: uma proposta para o reconhecimento e a delimitação da cidade-região de Belém. **Ateliê Geográfico - Goiânia-GO**, v. 12, n. 1, abr/2018, p. 132-154.

_____. Urbanização regional policêntrica e cidade-região. **Caminhos de Geografia**. Belém, 2021.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** 4 ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SOARES, Bruno Renan De Jesus. **Produção de moradias precárias e urbanização regional policêntrica em periferias distantes da cidade-região de Belém.** 2022. 203 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado do Pará, Centro de Ciências Sociais e Educação, Belém, 2022. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

SOJA, Edward W. Para além de *postmetropolis*. **Rev. UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.136-167, jan./jun. 2013.

_____. **En busca de la justicia espacial.** Valencia: Tirant Humanidades, 2014.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação Espacial e Centralidade Urbana. In: VASCONCELOS, Pedro; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial.** São Paulo: Contexto, 2013.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Formação metropolitana de Belém (1960-1997).** Belém: Paka-Tatu, 2016.

VAN DEN BRULE, Davi Melo. As diversas abordagens da justiça espacial na geografia. **Geosp – Espaço e Tempo**, v. 24, n. 2, p. 297-316, 2020.

ⁱ “Área de terra de aproximadamente 4.110 ha, que constituiu o patrimônio fundiário inicial da municipalidade - o chamado ‘rossio’ -, doado pela Coroa Portuguesa em 1627. Ela obedece a um traçado de uma légua - contada a partir do marco de fundação da cidade, o Forte do Presépio (que também já foi chamado de Forte do Castelo) - em arco de quadrante das margens da Baía de Guajará em direção sul, e Rio Guamá em direção norte (MEIRA FILHO, 1976, p. 451), que foi demarcada no início do século XVIII. Hoje, essa área corresponde à parte mais densamente construída e valorizada de todo o espaço metropolitano, sendo, igualmente, a área onde está localizada a maior parte dos bairros oficialmente reconhecidos.” (TRINDADE JÚNIOR, 2016, p. 97).

ⁱⁱ “Corresponde a outra légua acrescentada à Primeira Légua Patrimonial no final do século XIX, doadas, desta feita, pelo governo do Estado, mas que, diferentemente da outra doação, não chegou a ser delimitada. Segundo analisa Marx (1991, p. 76) a doação de uma segunda légua era muito comum nas cidades brasileiras com o fim de permitir algum rendimento a esses núcleos urbanos, por meio do aforamento de pequenos sítios e chácaras (TRINDADE JÚNIOR, 2016, p. 99).

ⁱⁱⁱ Apesar de o mapa 1 apresentar Santa Bárbara como pertencente ao entorno metropolitano, neste trabalho compreendemos-o como componente do espaço metropolitano, devido: ser o 4º município com maior I.I.D.T.T. rumo a Belém (RIBEIRO, 2018); ser o 5º município com maior I.I.D.T.E. rumo a Belém (NUNES; ROSA; 2022); se localizar na principal via rumo a Mosqueiro, um dos principais pontos turísticos da cidade-região; e integrar desde 1991 a RMB, importante marco na compreensão da realidade do espaço metropolitano de Belém (PARÁ, 1995).

^{iv} Entende-se como área central de Mosqueiro a Vila juntamente de parte da Avenida 16 de Novembro, cuja possui potencial para se tornar um eixo central em Mosqueiro.